

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE O
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
E A
CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO**

Henri do fo.

07.03.2006
João Ferrão
Secretário de Estado do Ordenamento
do Território e das Cidades

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Câmara Municipal do Montijo, doravante designada por CMM, carece de cartografia para as suas múltiplas actividades, nomeadamente no âmbito do ordenamento do território e lançamento dos PDM de 2ª geração, gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão e exploração de infra-estruturas urbanas.

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reuna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Presidente, e a CMM, com sede na Rua Manuel Neves Nunes

ALA

3

15

Almeida, em Montijo, representada por Maria Amélia Antunes, na qualidade de Presidente, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Protocolo tem por objecto regular a cooperação a estabelecer entre a CMM e o IGP, nos seguintes aspectos:

- a) Produção de cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1:10 000 para a área geográfica Este do Concelho do Montijo.
- b) Actualização das 9 folhas à escala 1:10 000, propriedade do IGP, que integram a Zona Este do Concelho do Montijo.
- c) Produção de cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1:2 000 do território Oeste do Concelho e as áreas urbanas de Canha e Pegões na área Este ;
- d) Homologação da cartografia e ortofotocartografia digitais produzidas pela CMM às escalas supra referidas.

Cláusula 2ª

Âmbito geográfico

A área geográfica de actuação integra a totalidade do concelho do Montijo.

Cláusula 3ª

Acções e Responsabilidades

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo discriminadas, consoante as seguintes áreas de actuação:

1. Cartografia e Ortofotocartografia digitais à escala 1:10 000

- a) A CMM promoverá a realização dos procedimentos necessários à produção da cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1:10 000;
- b) A CMM cederá gratuitamente ao IGP os direitos de utilização sobre a cartografia produzida e respectivas versões actualizadas, para os fins tidos por convenientes pelo IGP;
- c) O IGP cederá gratuitamente a cartografia 1:10 000 que cobre parte da zona Este do concelho do Montijo;
- d) O IGP promoverá gratuitamente a homologação desta cartografia, bem como das respectivas versões actualizadas, e a evolução para cartografia oficial quando tal for considerado por qualquer das partes como necessário e conveniente.

2. Cartografia e Ortofotocartografia Digitais à escala 1:2 000

- a) A CMM promoverá a realização dos procedimentos necessários à produção da cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1:2000;
- b) A CMM cederá gratuitamente ao IGP os direitos de utilização sobre a cartografia produzida e respectivas actualizações, para os fins tidos por convenientes pelo IGP;
- c) O IGP promoverá gratuitamente a homologação desta cartografia e a evolução para cartografia oficial quando tal for considerado por qualquer das partes como necessário e conveniente, bem como a homologação, igualmente gratuita, das versões actualizadas.

Cláusula 4ª

Direitos de Autor

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem ser utilizados para finalidades distintas das protocoladas, nomeadamente, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
2. A cartografia produzida pela CMM é propriedade desta entidade, encontrando-se protegida pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não pode ser utilizada para finalidades distintas das protocoladas sem autorização expressa da CMM.
3. A produção, disponibilização, utilização, cópia e divulgação da cartografia referida no âmbito deste protocolo, bem como a sua cedência a terceiros, sob a forma onerosa, devem ser efectuadas nos termos e para os efeitos do Despacho n.º 4289/2004, de 19 de Dezembro de 2003 publicado no Diário da República n.º 53-II Série, de 3 de Março de 2004, se aplicável.
4. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 5ª

Alteração ou revisão do Protocolo

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.

2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 6ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

Cláusula 7ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 8ª

Interpretação

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Lisboa, 11 de Outubro de 2005

O PRESIDENTE DO INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS



A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO


